

Texto 1.4

Roberto Tiburcio  
3 ed. Rio de Janeiro, 1974, p. 100.

## CAPÍTULO VI

### A análise sociológica da educação contemporânea

ACHO QUE AGORA, MEU CARO LEITOR, você, que conseguiu acompanhar essa conversa até este ponto, está em condições de observar a sociologia em ação.

Traduzi e apensei a este livro, no capítulo seguinte, uma análise sociológica da educação norte-americana contemporânea, de autoria do sociólogo da educação Michael Apple. Escolhi esse texto menos para informar o leitor a respeito da situação atual da educação naquele país e muito mais para que funcione como um exemplo palpável de como se faz uma análise sociológica da educação.

Talvez a esta altura você já tenha se perguntado de que modo, afinal, o aparato conceitual desta disciplina pode lhe ser útil no momento de tomar a educação como objeto de investigação.

Se ainda não se perguntou, já é hora.

Pois as formulações teóricas dos pensadores que fundaram a sociologia e os desenvolvimentos temáticos que a elas se juntaram ao longo de todo o século XX oferecem hoje um arsenal analítico substantivo e positivo, à disposição dos estudiosos da educação que se dedicam à realização de investigações empíricas.

A pergunta inicial, aqui, talvez seja a seguinte: o que singulariza uma análise tipicamente sociológica? Em que medida uma análise de um problema educacional qualquer pode ser considerada sociológica? A resposta é importante para que

sejam capazes de saber, afinal, o que é fazer uma sociologia da educação.

Como convém a todas as disciplinas científicas, a sociologia tem seus próprios métodos de análise e suas técnicas de pesquisa. Mas creio que não é o momento de enveredar por discussões metodológicas. O que gostaria de sublinhar aqui são as "pontes", as conexões ou, se preferir, os links que a sociologia é capaz de estabelecer entre os processos e instituições educacionais, de um lado, e os processos e instituições sociais mais gerais, de outro.

Uma vez que é exatamente isso que Michael Apple faz no texto que você vai ler na seqüência, achei que ajudaria se tentássemos traçar antes disso um esboço dos procedimentos que o sociólogo está acostumado a utilizar quando depara com um problema que deseja investigar, inclusive os problemas da educação.

Sei que serei perdoado pelas inevitáveis repetições de idéias e de conceitos já mencionados nas seções anteriores, porque o que pretendo aqui é, digamos assim, esboçar um guia básico, muito sintético, das distinções e dos procedimentos sociológicos que possibilitam a construção das conexões entre problemas sociais específicos (como os problemas educacionais) e o funcionamento geral da sociedade.

### Estruturas, sujeitos e processos

Como vimos, uma questão central para a sociologia é a de identificar qual o peso que têm sobre as relações sociais da vida cotidiana as estruturas sociais já estabelecidas, consolidadas, já institucionalizadas. Isto é, saber em que medida um determinado fenômeno social como, por exemplo, uma reforma (burocrática, política, cultural) do sistema de ensino, é resultante do modo atual pelo qual as instituições sociais já estabelecidas (o Estado, as Igrejas, o mercado etc.) estão organizadas ou, por outro lado, é resultante das ações inovadoras de sujeitos sociais interessados

em modificar o funcionamento dessas instituições. É preciso levar em consideração a *autoridade* (capacidade de fazer-se obedecer) e a *legitimidade* (o que dá fundamento à obediência) das instituições, isto é, das estruturas da sociedade e, ao mesmo tempo, o modo como as disputas por sua mudança ou por sua continuidade se dão entre os diferentes sujeitos (grupos, classes etc.) que atuam na vida social. Os processos sociais gerais são, no fim das contas, resultado da interação entre os sujeitos e as estruturas.

Assim, o sociólogo precisa ter sempre um olho para as estruturas (aquilo que está estabelecido) e outro olho para os processos (aquilo que está em mudança). Permanência e mudança são resultantes da tensão que sempre existe entre o peso das instituições e a capacidade de ação dos sujeitos. Pois as práticas dos sujeitos estarão, com certeza, orientadas para manter ou mudar os conteúdos das estruturas.

Basta pensar no modo como as sociedades se organizam em termos de *classes sociais*. Se pensarmos classe como o modo pelo qual os indivíduos se relacionam com o modo vigente de produção de mercadorias (versão de Marx) ou como o modo pelo qual estão distribuídas as possibilidades de acesso ao consumo de bens (versão de Weber), veremos que as sociedades possuem uma dada *estrutura de classes*. Ora, é razoável esperar que, sob certas circunstâncias, as classes em desvantagem econômica (seja na esfera da produção ou na do consumo) empreendam *ações* visando a mudança dessa estrutura, enquanto que as classes em vantagem ajam objetivando sua manutenção. O mesmo raciocínio pode ser empregado para questões raciais ou para questões que envolvam a distribuição de poder entre homens e mulheres. E não são apenas referentes às estruturas econômicas, mas também às políticas, jurídicas, ideológicas etc. As leis são também "estruturadas" com um determinado perfil (em detrimento de outros perfis possíveis), assim como os modos de pensar e as crenças.

A esfera social compreendida pela política tem nesse ponto uma importância crucial, pois é nela que são tomadas as decisões obrigatórias, isto é, aquelas decisões que devem ser obedecidas por todos os membros da sociedade, independentemente de sua vontade, e que se não forem obedecidas podem possibilitar o emprego de sanções negativas (punições) aos desobedientes. É por isso que o Estado nacional – e, mais contemporaneamente, algumas estruturas supra-estatais, como, por exemplo, a União Europeia, a ALCA etc. – é um palco privilegiado para a observação das estruturas e dos processos pelos quais elas se transformam. E é por isso que a sociologia política não pode ser negligenciada pelos que desejam empreender uma análise sociológica da educação.

Como sabemos, a sociologia é uma ciência que nasceu junto com o capitalismo. Seu interesse seminal foi o de compreender a sociedade industrial moderna. Compreender as “afinidades eletivas” que nela se estabeleceram entre as configurações da economia burguesa – que revolucionava enormemente a produção e o consumo – e as leis e as razões do Estado, as religiões e a administração pública e privada. De lá para cá o capitalismo e o Estado que a ele articulou-se expandiram-se e modificaram-se, embora diferenciadamente, em todas as partes do planeta. A evolução da análise sociológica de certo modo espelha tais mudanças.

### Capitalismo, Estado e sociologia

Analisar a educação de hoje, do ponto de vista da sociologia, demanda, portanto, que conheçamos o caráter da fase contemporânea do capitalismo.

Ao tempo de Durkheim e Marx o capitalismo vivia a primeira fase de sua vida adulta, a fase *concorrencial*. Era o momento do liberalismo econômico, do livre mercado, o chamado *laissez-faire*. As profundas transformações econômicas deflagradas pela

Revolução Industrial (por volta da década de 1930 do século XIX) e a reorientação intelectual propiciada pelo desenvolvimento da economia política burguesa (especialmente os trabalhos de Adam Smith e David Ricardo) foram as chaves tanto para a emergência de um novo mundo quanto para a disseminação de uma nova concepção de mundo. O mercado – esse espaço de relações sociais de compra e venda de mercadorias e de trabalho humano – passou a ser concebido como um mecanismo plástico, auto-ajustável, uma espécie de grande reunião impessoal em que todos os anônimos participantes contribuem com o bem comum e cada um fica com a parte da riqueza social que de fato deveria caber-lhe. A somatória de todos os interesses particulares representados no mercado, por obra de uma “mão invisível” (conforme a célebre metáfora de Adam Smith), resultaria na consecução dos interesses coletivos. Os preços das mercadorias e o valor dos salários seriam determinados pela relação entre a quantidade e qualidade dos bens oferecidos, de um lado, e o desejo e a capacidade de comprá-los, de outro. O Estado era pensado, do ponto de vista dessa concepção liberal, como a instituição que deveria garantir os contratos privados da economia e a liberdade das relações de troca, mas jamais imiscuir-se nos assuntos do mercado, sob pena de arruinar sua estabilidade natural. A trínca formada pela empresa capitalista, o mercado e o Estado estaria, assim, harmoniosamente equilibrada.

Como sabemos, a história e os críticos da economia e da política capitalistas, como Marx, demonstraram ser esta uma imagem que não coincidia nem com a dura realidade social efetivamente vivida sob a égide do capital nem tampouco com o próprio funcionamento da economia capitalista.

Ao longo do século XIX, e especialmente nas três primeiras décadas do século XX, o capitalismo passou por uma série de crises que, num crescendo, culminaram na histórica crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de New York. Foi uma crise

de superprodução de mercadorias. O volume excessivo de bens à venda no mercado fez os preços caírem, e quanto mais caíam, mais os capitalistas produziam para compensarem no volume de vendas a taxa de lucros cada vez menor que tinham condições de embutir nos preços. E produzindo mais, mais caíam os preços e as taxas de lucro, dando origem a um círculo vicioso que resultou em quebraadeira geral. O mercado auto-ajustável, que equilibraria oferta e demanda, simplesmente não funcionou, deflagrando uma crise responsável pelo desemprego de milhões de pessoas, e pelo alastramento da miséria e da criminalidade, que espalhou-se dos Estados Unidos para o mundo todo.

Mas já antes disso, desde o início do século XX, o desenvolvimento de grandes firmas resultantes da fusão de capitais, conhecidas como "trustes", e o controle que passaram a exercer sobre os preços praticados em certos setores do mercado, os chamados "cartéis", já haviam feito do "livre mercado" – com a constituição de monopólios e oligopólios – uma ideologia sem correspondência com a realidade. Originou-se uma nova fase do capitalismo, o *capitalismo monopolista*, cujas características principais chegaram a ser descritas nas obras econômicas e sociológicas de Weber. O suposto equilíbrio entre empresa capitalista, Estado e mercado rompeu-se pela hipertrofia das empresas, que impuseram seus interesses ao mercado diante da falta de iniciativa econômica do Estado.

Após o desastre de 1929, especialmente por inspiração das idéias do economista inglês John Maynard Keynes e por obra das políticas colocadas em prática pelo governo Roosevelt nos Estados Unidos durante o chamado *New Deal* (que foi uma reação à crise dos anos 1930), o Estado passou a dotar-se de mecanismos de intervenção que visavam regular a economia e controlar as irracionalidades do mercado. Após a Segunda Guerra consolidou-se um novo ciclo do capitalismo, que foi impulsionado pela reconstrução da Europa e do Japão – na qual

o investimento dos Estados Unidos, através do Plano Marshall, foi marcante, econômica e politicamente – e que baseou-se na produção e no consumo de massa, nas novas técnicas de organização do trabalho e da produção na fábrica (que ficaram conhecidas pelo nome genérico de "fordismo") e, em especial, na regulação estatal da economia capitalista (o que ficou conhecido como "keynesianismo"). Com a expansão econômica de então abriu-se, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, o período de maior prosperidade do capitalismo em escala mundial, e a força adquirida pelo movimento operário e pelos novos movimentos sociais ganhou a forma de *direitos sociais*. As políticas de proteção ao trabalhador e de garantia de pleno emprego, bem como de seguridade social e de garantia de educação e saúde públicas e gratuitas tornaram-se realidade nos países capitalistas centrais, sobretudo nos países da Europa governados pelos partidos social-democratas que chegaram nessa época ao poder. Foi o momento do chamado *capitalismo organizado*, em que o Estado assumiu o papel central no controle e redistribuição dos lucros das empresas e na regulação do mercado. Por conta disso e dos direitos sociais adquiridos, configurou-se um "Estado de bem-estar social", o *Welfare State*. Ao mesmo tempo, estruturou-se um bloco de países socialistas, com a União Soviética e a China como principais representantes.

Mas adveio nova crise sobre o capitalismo mundial na década de 1970, da qual alguns dos eventos mais marcantes foram as crises do petróleo, em 1973 e 1979, que elevaram imensamente os preços do barril no mercado internacional e desequilibraram os preços de vários setores econômicos, gerando ondas inflacionárias nos países capitalistas desenvolvidos. Com a crise energética, com a onda inflacionária e alguns outros problemas que não cabe aqui detalhar, houve significativa queda de arrecadação de impostos nesses países e o Estado passou a ter dificuldades financeiras para arcar com os compromissos sociais

assumidos nas décadas anteriores. De que modo fornecer educação, saúde e outras políticas de bem-estar aos cidadãos sem os correspondentes recursos financeiros que havia na época da prosperidade econômica? Era a chamada “crise fiscal do Estado”.

Diante dessa situação, os setores políticos mais conservadores passaram a recuperar idéias liberais, numa versão ultra-radical defendida pelo economista austríaco Ludwig Von Hayek desde os anos 1940. Essas idéias pregavam que o único modo de sair da crise era cortar os benefícios sociais que estavam onerando excessivamente o Estado, pois para arcar com o pagamento de tais benefícios os governos emitiam moeda descontroladamente e geravam mais e mais inflação. Seria necessário, segundo esses conservadores, um “ajuste” da economia, baseado no equilíbrio entre receita e despesas do Estado. E para esse ajuste ocorrer, seria necessário que o Estado não assumisse tantas funções econômicas – sendo recomendável um processo de privatização das empresas sob controle estatal – e, ainda, que deixasse de intervir sobre as empresas privadas e sobre o mercado, através de um processo de “desregulamentação” da economia. Esse conjunto de idéias foi posto em prática pela primeira vez em meados dos anos 1970 no Chile, sob a ditadura de Pinochet, e chegou ao Primeiro Mundo com as vitórias conservadoras na Inglaterra, com Margareth Thatcher em 1979, e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan em 1980. Era uma nova fase liberal radical do capitalismo, o chamado *neoliberalismo*. E a proposta é dar ao mercado a primazia sobre o Estado.

É evidente que os atores sociais organizados que lutaram pelo Estado de bem-estar não morreram de uma hora para outra e nem aceitariam passivamente o “desmonte” do Estado que os conservadores pretendem fazer. Esta é a mais marcante característica do conflito social e político contemporâneo: os sujeitos sociais cujos interesses se vinculam ao Estado de bem-estar

pretendem preservar suas estruturas básicas, enquanto que aqueles sujeitos interessados na “liberdade” de mercado e na desregulamentação pretendem transformar essas estruturas.

### Sociedade, economia, política e educação

Como compreender os debates e conflitos sociais que envolvem a educação contemporânea sem levar em conta a configuração atual dos conflitos em torno da economia e do Estado capitalistas? Como entender a escola e o ensino atuais sem entender o confronto hoje colocado entre os interesses privados e a regulamentação do Estado?

Essa é a contribuição que a sociologia pode dar ao estudo dos fenômenos educacionais: confrontá-los com os mundos econômico, político e cultural em meio aos quais ocorrem. Os sociólogos ensinam que as idéias não nascem dos cérebros privilegiados, nem têm existência própria, soltas no ar. As concepções de mundo, as idéias e os valores que as pessoas compartilham entre si e que ensinam a seus filhos e alunos não são dádivas do céu; são construídas na teia cotidiana de relações e interações. São invenções do homem, são construções sociais. E são sempre resultado dos conflitos e dos consensos que se estabelecem na sociedade, são fruto das relações de poder e da violência (física ou simbólica) que alguns grupos ou classes são capazes de exercer sobre outros.

As idéias e valores, o mundo da cultura, enfim, o conteúdo que ao fim e ao cabo é ensinado nas relações educacionais, são fruto da luta cotidiana por interesses econômicos e por poder político. O próprio método, a pedagogia com a qual se ensinam esses conteúdos contém, à luz da análise sociológica, um viés ideológico. Os grupos e classes dominantes procuram sempre fazer com que as idéias e os valores aceitos por todos sejam os seus próprios valores e idéias. As práticas pedagógicas, isto é, os princípios e métodos que informam as técnicas educacionais

estão sujeitas ao conflito ideológico vigente numa dada sociedade.

Procurai descrever acima, de modo muito resumido, as principais mudanças pelas quais passou o capitalismo. O texto que vem a seguir, de Michael Apple, analisa a última fase, a fase atual, e os efeitos do neoliberalismo sobre a educação, procurando desvendar quais as configurações do conflito colocado pelo apoio às atuais estruturas e pela crítica delas, e quais são os atores sociais envolvidos.

Embora este autor privilegie os elementos de análise fornecidos pela tradição marxista, explicações análogas poderiam ser construídas com base em outros referenciais da sociologia ou na mescla de várias referências. A razão para reproduzir o texto aqui não são as preferências teóricas do autor, mas o fato de que seu procedimento, além de didático, é tipicamente sociológico.

O autor parte de uma análise estrutural, relacionando a educação ao processo de reestruturação do capitalismo empreendido pela ideologia e pelas práticas neoliberais. Nesse processo, faz ver as relações conflitivas existentes entre os diferentes sujeitos sociais e as implicações em termos de classe, raça e gênero que tais mudanças têm. No centro do conflito está a tentativa neoliberal de direcionar a educação para o mercado e para os interesses do capital privado, que se choca com outras forças e iniciativas sociais alternativas. Sua análise vale-se de dados empíricos para contraditar os discursos e as práticas ideológicas, outra característica marcante da sociologia. Vê as opiniões e posições políticas dos sujeitos como construídas a partir das identidades coletivas organizadas no seio da sociedade civil. Reflete sobre os limites entre os espaços público e privado. Identifica o contraponto entre educação progressista e educação conservadora.

Enfim, faz sociologia da educação.

## CAPÍTULO VII

### —| A educação e os novos blocos hegemônicos

Por Michael Apple\*

#### Introdução

OS DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR precisam ser situados no contexto de processos de reestruturação socioeconômica e cultural mais amplos. Se é verdade que a educação superior possui de fato suas próprias histórias específicas e suas próprias dinâmicas relativamente autônomas, também é verdade que ela faz parte de uma esfera mais geral e que está conectada de modos complexos às transformações sociais e aos conflitos pelo poder. Em minha discussão aqui, examinarei estas amplas transformações que estão mudando o panorama em que a educação superior – e a educação em geral – se situa.

Entramos num período de reacionarismo em educação. Nossas instituições educacionais encontram-se em completo colapso. Altas taxas de evasão, declínio na “alfabetização funcional”, perda de padrões de qualidade e de disciplina, falta de um ensino do “conhecimento real” e de habilidades economicamente úteis, resultados fracos em exames padronizados etc. – todas essas são acusações lançadas sobre as escolas. E tudo isso, pelo que se diz, tem levado ao declínio da produtividade econômica, ao desemprego, à pobreza, à perda de competitividade internacional, e assim por diante. Que se retorne a uma “cultura comum”, que as escolas se tornem mais eficientes, mais a cargo do setor privado. Façamos isso e nossos problemas serão resolvidos.

\* Professor da *University of Wisconsin-Madison*, Madison, Estados Unidos. Este artigo foi publicado na *International Studies in Sociology of Education*, v. 8, n. 2, 1998. Tradução e notas: Alberto Tosi Rodrigues.